

COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

RELAÇÕES CIVIL-POLÍTICO-MILITARES NA AMÉRICA DO SUL

ELÓI MARTINS SENHORAS



EDITORA UFRR

RELAÇÕES CIVIL-POLÍTICO-MILITARES NA AMÉRICA DO SUL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Reitora:
Gioconda Santos Martinez

Vice-Reitor:
Reginaldo Gomes de Oliveira

Pró-Reitora de Graduação:
Fábio Luiz Wankler

EDITORA DA UFRR
Diretor da EDUFRR:
Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

CONSELHO EDITORIAL

Alexander Sibajev
Ana Lia Farias Vale
Ananda Machado
Avery Milton Veríssimo de Carvalho
Cássio Sanguini Sergio
Fábio Luíz Wankler
Guido Nunes Lopes
Leonardo Uilan Dall Evedove
Luciano Alberto Ferreira
Rileuda de Sena Rebouças
Rodrigo Schutz Rodrigues

Editora da Universidade Federal de Roraima
Campus do Paricarana - Av. Cap. Ene Garcez, 2413,
Aeroporto - CEP.: 69.304-000. Boa Vista - RR - Brasil
Fone: + 55.95.3621-3111 e-mail: editoraufrr@gmail.com

A Editora da UFRR é filiada à:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR



COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Volume 4

RELAÇÕES CIVIL-POLÍTICO-MILITARES NA AMÉRICA DO SUL

ELÓI MARTINS SENHORAS



EDITORA UFRR
BOA VISTA/RR
2012

Copyright © 2012
Editora da Universidade Federal de Roraima
Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



NÚCLEO DE PESQUISA SEMIÓTICA DA AMAZÔNIA

EXPEDIENTE

Revisão:
Elói Martins Senhoras

Capa
Berto Batalha Machado Carvalho

Projeto Gráfico e diagramação:
Berto Batalha Machado Carvalho

Organizadores da Coleção
Elói Martins Senhoras
Maurício Zouein

Conselho Editorial
Antônio Tolrino de Rezende Veras
Charles Pennaforte
Elói Martins Senhoras
Maurício Elias Zouein
Sandra Gomes
Sônia Costa Padilha

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

S476r SENHORAS, Elói Martins

Relações civil-político-militares na América do Sul / Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein (organizadores). Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.

122 p. - (Coleção: Comunicação e Políticas Públicas, v. 4)

ISBN

1- Segurança. 2 – Defesa. 3 - América do Sul. 4. Universidade Federal de Roraima
I. Senhoras, Elói Martins; Zouein, Maurício Elias M. II. Título III. e-book

CDU – 327(8)

ISBN 978-85-60215-91-1

FICHA CATALOGRÁFICA: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRR

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade do autor.

In memoriam, com muito amor e carinho, dedico o presente trabalho ao meu pai, Acyr Senhoras, por sempre ter abrilhantado e contribuído com sua presença em minha vida.

Meus sinceros agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à National Defense University (NDU), à Universidade Federal de Roraima (UFRR) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os quais foram decisivos para a execução da atual pesquisa.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO - 09

INTRODUÇÃO - 13

CAPÍTULO 1|
Marcos analíticos sobre as relações político-civil-militares - 19

CAPÍTULO 2|
Relações civil-político-militares na América do Sul - 27

CAPÍTULO 3|
Relações civil-político-militares e a segurança na América do Sul - 45

CAPÍTULO 4|
Evolução dos ciclos democráticos e das relações político-militares na América do Sul - 59

CAPÍTULO 5|
Teoria viral das relações político-militares na América do Sul - 71

CAPÍTULO 6|
Relações político-militares, divisão de poderes e democracia na América do Sul - 79

CONCLUSÃO - 91

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - 103

BIOGRAFIA - 113

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O presente livro traz um conjunto de reflexões que buscam explicar a centralidade das relações civil-político-militares na produção de efeitos de estabilidade ou instabilidade, por meio de um estudo comparativo sobre os países pertencentes ao complexo regional de segurança sul-americano.

O texto desenvolve um marco analítico próprio que mostra como os campos de poder produzidos entre políticos, militares e segmentos da sociedade civil acabaram por se refletir na construção de diferentes periodizações de mando e na espacialização de distintos padrões de segurança na América do Sul.

As discussões trazidas no livro não buscam resgatar os frutíferos e duradouros estudos clássicos da sociologia militar desenvolvidos como uma monocultura institucional desde a década de 1950, mas, antes, procuram mostrar que há um espaço de vanguarda investigativa trazido pela interação fronteiriça entre sociologia, geografia e relações internacionais.

Destarte, a estruturação do texto pela análise comparativa dos regimes militares e democráticos e da espacialização geográfica de tendências de estabilidade ou instabilidade na América do Sul objetiva revelar a complexidade das relações civil-político-militares, com enfoque nas relações entre políticos e militares.

Por meio desta discussão são fornecidos subsídios para se compreender quais e como são os principais problemas contemporâneos das relações civil-político-militares no subcontinente, bem como, para se identificar os contenciosos e os possíveis canais para aprimorar a construção dos regimes democráticos nos países sul-americanos.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente livro tem como fundamento metodológico na presente reflexão pesquisas sobre relações civil-político-militares, que em quaisquer sociedades devem ser realizadas a partir de um marco analítico de sociologia política, assentando-se no estudo sistemático dos atores, das inter-relações e dos campos de poder por eles produzidos.

A proposição deste marco analítico para a apreensão das relações civil-político-militares é necessária, pois se identifica uma proeminente falta de teorizações e pesquisas nos dias atuais que vá além das premissas derivadas e desenvolvidas por estudiosos de sociologia militar com base nos marcos democrático-liberais das décadas de 1950 e 1960 e que se mantêm ativas nas discussões hodiernas.

O livro objetiva analisar as variáveis político, militar e civil que definiram a arquitetura de governança na América do Sul, a fim de demonstrar onde estão e como são aquelas relações mais problemáticas, segundo uma análise histórica que incorpora a periodização dos regimes militares e democráticos e a

espacialização geográfica de tendências de estabilidade ou instabilidade.

A pesquisa demonstra que os dilemas de instabilidade civil-político-militar no período democrático acontecem nos países da América do Sul como razão primária dos padrões disfuncionais das relações entre civis e políticos, os quais são sistêmicos e de longa duração Embora estes padrões tenham sido responsáveis por produzir sociedades polarizadas e pouco inclusivas, tem existido uma crescente derivação secundária de dilemas nas relações entre políticos e militares que corroboram na fragmentação da região segundo arcos geográficos com preocupantes trajetórias distintas na curta duração.

A estruturação do texto está articulada por uma lógica invertida de afunilamento teórico-empírico, que partiu da coleta de dados específicos país-a-país, a fim de angariar os subsídios para a construção teórica de uma análise generalista sobre as caracterísricas estruturais de longa duração e conjunturais de curto prazo presentes nas relações civil-político-militares na América do Sul.

A partir desse *quadro teórico-empírico* de estudo dos campos de poder produzidos nos países sul-americanos, o livro faz uma reflexão sobre as políticas de defesa na América do Sul e a distinção entre os padrões de estabilidade e instabilidade nas relações civil-político-militares, por meio de quatro recortes basilares que se interrelacionam:

Na primeira seção é feita a apresentação dos marcos analíticos da pesquisa sobre as relações civil-político-militares, baseando-se na releitura de princípios sobre a guerra de Clausewitz e em conceitos atualizados da área de sociologia militar, também conhecida pela designação *forças armadas e sociedade*,

Na segunda seção, o texto propõe um tripé analítico para utilização no caso sul-americano, baseado em uma leitura possível do pensamento clausewtziano, com o objetivo de revelar as especificidades dos campos de poder produzidos pelas relações político-militares, civil-militares e político-civis, bem como a hibridez socio-cultural difundida na região.

Na terceira seção o estudo mostra a complexidade das relações civil-político-militares, ao tomar como ponto de

discussão a formação de dois arcos geográficos com distintas influências na segurança sul-americana, com vetores de relativa estabilidade nos territórios do Cone Sul e de relativa instabilidade nos Andes e Amazônia.

Na quarta seção, as discussões passam a se concentrar nas especificidades das relações entre os poderes políticos e as forças armadas, com o objetivo de demonstrar as influências nacionais e internacionais na definição de crescentes desafios para o atual período de regimes democráticos na América do Sul.

À guisa de conclusão, por fim, são tecidas algumas considerações finais que tanto retomam pontos discutidos ao longo do livro, quanto apontam a complexidade e os desafios das interações na conjuntura atual dos regimes democráticos nos países sul-americanos entre civis, políticos e militares.

CAPÍTULO 1

Marcos analíticos sobre as relações civil-político-militares

MARCOS ANALÍTICOS SOBRE AS RELAÇÕES CIVIL-POLÍTICO-MILITARES

Apreender diferentes campos de poder existentes entre as forças armadas e a sociedade tem sido o foco dos estudos de sociologia militar desde os anos 1950, motivo pelo qual o presente trabalho toma como referência a sistematização de marcos analíticos que convirjam discussões clássicas com discussões contemporâneas que refletem o atual estado das artes no assunto.

O livro propõe um marco analítico intitulado como clausewitziano, fundamentando-se em um *framework* baseado nos atores e nos padrões de relacionamento entre eles, o qual se mostra como um importante instrumento de estudo para se visualizar a dinâmica da construção dos campos de poder nos Estados Nacionais sul-americanos, com respectivos tranbordamentos positivos ou negativos no estado de segurança.

Os fundamentos clausewitzianos assentam-se em uma compreensão de que a guerra é um fenômeno definido pelas

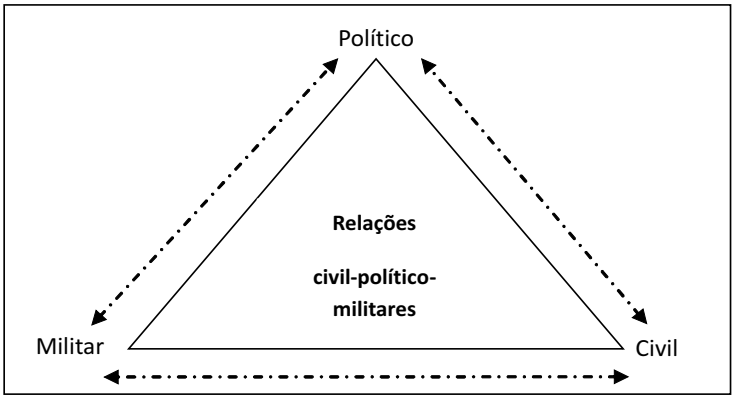
relações de um núcleo duro de atores, dos quais o ator político está no vértice de liderança haja vista a guerra é um verdadeiro instrumento político, sendo a continuação do intercurso político, quando levado a efeito por outros meios.

Segundo Diniz (2003), o programa de pesquisa clausewitziano sugere que os estudos estratégicos devem compreender a análise sistemática das três dimensões do fenômeno bélico, que são a *política*, a *tática* e a *estratégia*[1]. As três dimensões da guerra não são níveis ou hierarquias na guerra, mas, antes, são recortes analíticos, esferas simultâneas de consideração e decisão permeadas - direta ou indiretamente - com a presença de *políticos, militares* e diferentes *stakeholders da sociedade civil*.

[1] A dimensão *política* diz respeito à decisão dos atores políticos de usarem ou não a guerra como um meio para se atingir o objetivo político; então, optando-se por travá-la ou não, como usá-la para viabilizar a obtenção deste objetivo. A dimensão *tática* se refere às considerações sobre o emprego das forças armadas como meio de exercício do poder duro uma vez que os militares são atores que efetivam a violência estatal ao implementarem o uso de força real e potencial. A dimensão *estratégica* está relacionada a uma posição intermediária entre a decisão política e a operação tática, pois leva em consideração os contextos e os atores civis e militares já que toma como referência um amplo leque de interações da sociedade civil.

Tomando como referência a identificação dos políticos, dos militares e da sociedade civil, como atores-chave na teorização clausewitziana sobre o fenômeno da guerra, o presente livro se utiliza desta triangulação de atores para explicar o fenômeno da paz, segundo conformações relacionais de governança que podem dinamizar cenários estáveis ou instáveis.

Figura 1 - Tríade Clausewtziana da Governança



Fonte: Elaboração própria.

A triangulação destes atores - políticos, militares e *stakeholders* da sociedade civil - constrói campos relacionais de poder, que se revelam como espaços sociais de atuação em um

jogo de interesses ou como um sistema de relações objetivas, que existem mesmo independentemente da consciência ou vontade individuais, embora com reflexos na produção de contextos de estabilidade ou instabilidade.

Na releitura da obra de Clausewtiz é possível apreender que existem distintas possibilidades dinâmicas entre a guerra e a paz, produzidas por padrões de relacionamento entre uma tríade de atores e que se refletem na criação de contextos estáveis ou instáveis de governança. Parte-se, dessa forma, de uma *visão maximalista* que compreende a governança, como sendo o resultado de um padrão articulado e horizontal de relações entre diferentes atores.

A tríade clausewtziana permite mostrar que distintos tipos ideais, como os atores políticos e militares, apresentam *relações cívicas*[2], além dos próprios atores civis *stricto sensu*, que podem

[2] Os valores cívicos podem ser interpretados como *valores globais* que permeiam os diferentes atores transversalmente, em contraposição aos *valores setoriais* de cada grupo, nos quais se observa nitidamente especificidades, como são os valores militares e os valores político-ideológicos. Quando os diferentes atores presentes em um país são tomados em consideração, observar-se-á que todos apresentam valores cívicos por justamente conviverem socialmente, embora cada um dos grupos se diferencie nas suas prioridades, produzindo diferentes vetores de relacionamento (Covarrubias, 2005).

ser simplificadamente identificados como *stakeholders civis*. Por este motivo é possível visualizar as "relações civil-político-militares" *lato sensu* como o resultado de uma triangulação de atores, que interagem entre si e produzem *spill-overs* positivos e negativos.

Em função de existir uma confusão de conceitos nos estudos de sociologia militar conhecidos pela designação *forças armadas e sociedade*, torna-se relevante apresentar a proposição teórica da tríade clausewtziana, a fim de demonstrar que as relações civil-político-militares produzem distintos padrões de segurança, com maior estabilidade ou instabilidade, em função da agregação de três vetores relacionais específicos.

O conceito de relações civil-político-militares traz uma formulação teórica sobre as relações de poder entre os diferentes atores sociais presentes em um Estado Nacional, de maneira a analisar se existe uma primazia do controle político, militar ou civil e como as relações cívicas se estruturam na produção de um padrão de governança com estabilidade ou instabilidade.

Segundo uma perspectiva analítica weberiana é possível observar que as relações civil-político-militares modernas serão permeadas por um maior ou menor padrão de estabilidade dependendo do grau de difusão da lógica racional-legal de divisão do trabalho na sociedade.

A favor da estabilidade das relações civil-político-militares está a noção de liderança democrática baseada na racionalização e na legalização da divisão do trabalho entre políticos, burocratas e militares. Contra a estabilidade das relações civil-político-militares estão presentes os processos subjetivos de politização militar baseados na funcionalidade de valores tradicionais ou carismáticos, que corroboram para enfoques seletivos de organicidade social.

CAPÍTULO 2

Relações civil-político-militares na América do Sul

RELAÇÕES CIVIL-POLÍTICO-MILITARES NA AMÉRICA DO SUL

As relações entre civis e militares em qualquer país normalmente produzem distintos padrões de segurança, com maior estabilidade ou instabilidade, em função da agregação de três vetores relacionais específicos: as *relações político-militares*, as *relações civil-militares* e as *relações político-civis*.

Em primeiro lugar, a análise das *relações político-militares* mostra qual é a dinâmica de relacionamento político dos poderes governamentais executivo e legislativo, além da perspectiva constitucional do judiciário, junto às forças armadas.

As relações político-militares podem ser compreendidas pela análise das interações entre a liderança política e a liderança militar, o que corresponde a mostrar o padrão de interdependência positiva ou negativa entre o *corpo de oficiais*, que é responsável pela estrutura militar e pela seguridade da sociedade, e a *burocracia civil dos ministérios de defesa*,

responsável pela administração estratégica da estrutura instrumental de exercício do monopólio da violência.

Com base em informações estatísticas de estados democráticos, referentes ao período entre 1946 e 2002, observa-se que existem correlações empíricas que comprovam que os sistemas presidencialistas são mais eficazes para a garantia da estabilidade democrática, pois um presidente forte seria a melhor instituição moderna para se evitar golpes militares, sobretudo nas organizações políticas de países jovens, pobres e com pouca liberdade, já que concilia a capacidade de centralização política e de delegação de funções entre civis e militares (Cheibub, 2002).

Sob um prisma negativo, esta tese não tem aderência completa na América do Sul, pois a despeito da região ser caracterizada por um inflamento institucional do poder executivo, em especial das funções presidenciais, ela passou por golpes que originaram regimes militares, demonstrando assim a incapacidade de manutenção da estabilidade, já que tanto o poder judiciário como o poder legislativo corroboram com papéis mínimos e passivos na definição da política de defesa.

Sob um prisma positivo, a tese tem parcial validade para demonstrar o relativo grau de estabilidade nas relações político-militares no período posterior à redemocratização, ao revelar que a preocupação do poder executivo nos países da América do Sul com as forças armadas não correspondeu ao seu emprego como meio de violência na política externa, mas, antes, se revelou pela característica restritiva de controle do próprio poder militar a fim de se evitar novos golpes de Estado, motivo pelo qual foram implantadas políticas de institucionalização de burocracia civis e se estabeleceram cortes orçamentários para a área.

Segundo Medeiros (2010), as forças armadas dos países sul-americanos dispõem de uma considerável autonomia para a formulação de suas políticas setoriais apesar de existir a difusão de um esforço político de controle civil sobre os militares por meio dos ministérios de defesa. Contudo, existe, de um lado, um sistemático desinteresse da classe política na área de defesa[3], e

[3] Segundo Pion-Berlin e Trinkunas (2007), o desinteresse que a política de defesa provoca entre os três poderes nacionais – executivo, legislativo e judiciário – pode ser compreendido não só pelos reduzidos ganhos eleitorais gerados pelo tema na região, mas também pela precariedade das estruturas

de outro lado, uma alta especialização funcional que acaba conferindo às agências de defesa considerável grau de autonomia *consentida* para a autodefinição de suas missões e estrutura organizacional.

Em segundo lugar, a análise das *relações civil-militares* demonstra as complexas relações entre militares e os distintos atores civis (*stakeholders*), segundo um espectro polarizado, desde a oposição até a convergência de interesses, onde estão presentes, por exemplo, as positivas relações com o complexo industrial-militar ou as tensões entre militares e atores como ONGs, grupos indígenas, imprensa, movimentos sociais e grupos insurgentes.

A participação dos militares na história dos países sul-americanos foi decisiva desde o período das independências nacionais, de maneira que, ao longo de todo este tempo, as forças militares foram consideradas pelos *stakeholders* civis como força tutelar, poder moderador, ou, ainda, como um

[3] de defesa, que tornam os militares da região numa ameaça maior aos seus próprios governos que a países vizinhos, ou ainda pela inexistência de guerras regionais frente aos conflitos mundiais que acontecem no mundo, e de relativa paz.

instrumento dos poderes constituídos (Zaverucha, 1994; Stepan, 1970).

Durante os regimes militares, observa-se que, entre os *stakeholders* presentes na sociedade civil sul-americana, houve a formação de um modesto complexo industrial-militar, em especial no caso brasileiro, em contraposição ao período de redemocratização, quando a imprensa e diferentes Organizações Não Governamentais (ONGs) contribuíram para a redução da importância das forças armadas no contexto do policymaking de vários países por meio de ações de publicização contrárias aos militares[4].

Na América do Sul, tanto a relação simbiótica das forças armadas com alguns segmentos da sociedade civil para o desenvolvimento de um complexo industrial, durante o período de governos militares, quanto a relação tensionada de

[4] A presença de movimentos sociais na cena política de vários países sul-americanos - permeada, tanto pela militância política em sindicatos, associações, movimentos estudantis e ONGs, quanto pela militância paramilitar - produziu uma série de protestos, manifestações, ou mesmo atentados, que protagonizaram a luta contra as ditaduras dos regimes militares e por muitos anos persistiram com um rancor e com ações voltadas à minimização do papel de ação dos militares após os períodos de redemocratização.

distanciamento e aproximação, durante o período de governos democraticos posteriores, para a ampliação de funções em segurança ampliada, demonstram que existem poucos pontos de contato entre os atores civis e militares.

Contudo, sempre ocorre tal envolvimento entre as forças armadas e os segmentos da sociedade civil, normalmente, este passa por uma intermediação política, que tem sido funcionalmente caracterizada indiretamente como um filtro na sua ação, ao absorver as demandas dos canais informais de pressão da mídia ou de *lobby* nos parlamentos nacionais.

Em terceiro lugar, as *relações político-civis* mostram a complexidade das relações entre os poderes políticos - executivo, legislativo e judiciário - e os diferentes *stakeholders* civis que compõem a nação, produzindo pesos e contra-pesos no setor de defesa e com repercurssões na definição de sociedades includentes ou excludentes.

Segundo pesquisas produzidas pelo *Latinobarómetro (2010)*, a América do Sul é uma das regiões com maiores índices de inequidade e violência no mundo, já que as políticas adotadas contra a probreza não resolveram o problema, mas antes

refletiram no aumento da conflitividade em contraposição à queda ao apoio à democracia, o que impactou em um agravamento da percepção de insegurança ao longo do tempo justamente em função do crescimento de movimentos sociais e grupos insurgentes.

Figura 2 – **Movimentos sociais na América do Sul**



Fonte: Observatório Latino Americano de Geopolítica (2008).

Embora o apoio à democracia tenha sido identificado como permanente nos países da América do Sul, ainda existem resquícios difusos nas sociedades nacionais que aceitam ou toleram pontuais soluções autoritárias, normalmente em momentos de crises, relacionados aos problemas de violência e de criminalidade que têm adquirido maior atenção e preocupação da população.

Quadro 1 - **Percepções positivas sobre a democracia e o autoritarismo na América do Sul**

Países	Democracia			Autoritarismo		
	996	001	010	996	001	010
Equador	2	0	4	8	4	2
Colômbia	0	6	0	0	6	0
Peru	3	2	1	3	2	5
Chile	4	5	3	9	9	1
Paraguai	9	5	9	6	3	3
Argentina	1	8	6	5	1	9
Venezuela	2	7	4	9	0	9
Brasil	0	0	4	4	8	9
Bolívia	4	4	8	7	7	9
Uruguai	0	9	2	9	0	5

Fonte: Elaboração própria. Adaptada de *The Economist* (2010).

No caso da América do Sul, a evolução histórica das polarizações existentes nas sociedades nacionais modernas acabou gerando, muitas vezes, padrões instáveis de relacionamento entre os diferentes políticos e *stakeholders* civis ou então, produziram conflitos que afetaram a capacidade de governança dos Estados Nacionais (Senhoras, 2010a).

De um lado, esteve presente uma sequência de golpes que deram origem a regimes militares criados para a constituição de um poder moderador ou tutela militar a partir de demandas de alguns *stakeholders civis*, durante os momentos de crises ou de instabilidades nos regimes democráticos.

De outro lado, a presença de movimentos sociais de ação nacional e transnacional, grupos insurgentes e revoltas conjunturais na América do Sul desde o período de redemocratização evidenciam o aumento de complexidade em várias sociedades, o que gerou vetores de instabilidade na governabilidade dos Estados Nacionais, os quais repercutiram em tensionamentos nas relações civil-políticas.

Nos anos posteriores ao fim dos regimes militares, tornou-se uma norma a ausência de golpes militares na região, já que ela passou a se caracterizar por regimes politicamente abertos, embora tenham ocorrido vários casos de tensão nas relações civil-político-militares e de falta de governabilidade, oriundos da consolidação parcial dos princípios democráticos, muitas vezes restritos a temas eleitorais, porém nem sempre aos temas inclusivos e desenvolvimento.

De maneira transversal na América do Sul, o nível de governabilidade dos sistemas políticos desde a redemocratização tem variado ao longo do tempo, haja vista que vários presidentes democraticamente eleitos não completaram seus mandatos constitucionais devido à instabilidade nas relações político-civis, demonstrando o descrédito social em relação à política, o que é vinculado ao desenvolvimento histórico específico de cada país, embora, ao mesmo tempo os sistemas eleitorais tenham operado com legitimidade.

Mudanças na composição política dos países sul-americanos, propiciadas pelos questionamentos às políticas

neoliberais que haviam sido implementadas sob a influência do *Consenso de Washington* nos anos 1990, trouxeram um avanço da esquerda na região em um contexto que ressurgem propostas de intervencionismo estatal por meio do Consenso de Buenos Aires em 2001.

O contexto sul-americano desde o início dos anos 2000 trouxe, portanto, uma série de processos de distensionamento e fragmentação nas relações político-civis, produzida pelos Estados e que se refletiu em instabilidades nacionais e regionais, já que, ao mesmo tempo em que se reforçaram tendências nacionalistas, consolidou-se também um espectro ideológico polarizado, internacionalmente, entre os países sul-americanos, e, intra-nacionalmente, entre as forças sociais.

Em um dos polos situa-se uma tendência de ultra-esquerda, com uma ideologia socialista-bolivariana difundida por um núcleo duro (Venezuela) e por centros de difusão (Bolívia e Equador), na qual foram engendrados processos de revisão constitucional e plebiscitos *vis-à-vis* a outro pólo, com tendência pró-direita, segundo uma ideologia de alinhamento aos Estados

Unidos e aberto às forças de mercado difundido por um núcleo duro representado pela Colômbia e Peru. Em uma posição intermediária encontram-se Brasil, Chile, Uruguai, Argentina com modelos intermediários de inserção internacional.

A partir destas considerações, observa-se que a avaliação da tríade clausewtziana de governança no caso da América do Sul permite evidenciar de maneira transversal à região que todos os países, em maior ou menor grau, são permeados por relações civil-político-militares que se caracterizam por uma hibridez socio-cultural e que transbordam efeitos de estabilidade ou instabilidade em matéria de segurança.

A hibridez sociocultural existente na América do Sul trata-se de uma característica produzida pelo acomodamento de alteridades em um mesmo território ao longo do tempo, o que significa dizer que a cristalização de dualidades nos países é algo que aos poucos vai sendo sedimentado por meio de um *continuum* entre vetores de integração e fragmentação, conflito e cooperação, ou ainda aproximação e distensionamento.

Portanto, há um espectro de possibilidades nas relações civil-político-militares em cada país na América do Sul, o qual que é permeado pela hibridez de características próprias de sociedades que absorvem um alto grau de polarizações. Dessa forma, o que vai distinguir o grau de estabilidade ou instabilidade nos campos de poder produzidos por políticos, militares e *stakeholders* é justamente a configuração híbrida específica em cada Estado Nacional.

A resposta diferenciada nas relações civil-político-militares na América do Sul mostra que, naqueles países onde houve a produção de um modelo mais equilibrado de relações político-militares e civil-político, houve o transbordamento de uma percepção maior de segurança, em comparação aos países que fracassaram no desenvolvimento de co-responsabilidades político-militares ou no desenvolvimento de uma estabilidade interna nas relações político-civis.

De um lado, encontram-se países como Chile, Argentina e Uruguai, ou ainda Brasil, com estruturas sociais assimétricas, mas que conseguiram produzir uma positiva percepção de

segurança na zona de paz sul-americana devido à estabilidade relacional político-civil e do grau de institucionalização das políticas de defesa, gerando uma adequada arquitetura de co-responsabilidades entre burocracias civis e militares, embora sem uma adequada participação dos atores políticos.

No caso do Peru e Colômbia, e menos claramente no Paraguai, percebe-se uma posição intermediária de inseguridade no contexto sul-americano atual, já que a existência de conflitos civis com grupos insurgentes e guerrilheiros gerou uma série de tensionamentos nas relações civil-militares e político-civis ao longo do tempo, que acabou por estimular a construção de uma forte aderência político-militar.

De outro lado, Venezuela, Equador e Bolívia têm se caracterizado pelo fracasso no desenvolvimento de um modelo equilibrado de relações civil-político-militares, haja vista que há claramente um controle crescentemente subjetivo das forças armadas conduzindo a uma correspondente desprofissionalização militar, com significativos impactos na perda da eficácia no

uso das forças armadas *vis-à-vis* ao aumento do risco de uma guerra civil em função do alto nível de polarização político-social.

CAPÍTULO 3

Relações civil-político-militares e a segurança na América do Sul

RELAÇÕES CIVIL-POLÍTICO-MILITARES E A SEGURANÇA NA AMÉRICA DO SUL

O estado de segurança em determinado país somente pode ser apreendido como o resultado relacional de forças de interação do tempo presente e de forças que vão se cristalizando como estruturas na forrmação histórica de cada Estado Nacional segundo padrões variáveis determinados pelas específicidades de cada esperiência, que se pautam pela ação de diferentes atores dentro e fora das fronteiras nacionais.

De um lado, observa-se o caso dos países desenvolvidos, onde tradicionalmente existiu uma concepção restrita sobre a segurança, baseada na existência de meios de proteção contra ameaças externas por meio das políticas de defesa nacional e do uso das forças armadas, haja vista que a formação histórica nacional destes países é permeada por relativa estabilidade nas relações político-civis, civil-militares e político-militares.

De outro lado, registra-se o caso de boa parte dos países em desenvolvimento, onde há uma concepção ampliada da

segurança, que torma como referência a existência, tanto de ameaças externas, quanto de vulnerabilidades internas, uma vez que existe uma relativa instabilidade nas relações político-civis que muitas vezes criam transbordamentos nas relações civil-militares e político-militares.

Este quadro comparativo da formação histórica dos países mostra como o processo de *state building* é definidor de estruturas socialmente construídas e que, ao longo do tempo, passam a se cristalizar em padrões de maior ou menor estabilidade, o que reflete em uma potencial maior segurança nos países desenvolvidos em comparação aos demais outros países nas relações internacionais (Ayoob, 1995).

Na América do Sul, a sensação de insegurança é sistêmica e transversal à maioria dos países, uma vez que existe a cristalização de uma estrutura dual de *hibridez socio-histórica*, a qual emana efeitos negativos dentro das próprias fronteiras nacionais, principalmente devido aos baixos níveis de coesão social oriundos das desequilibradas relações político-civis.

Em função da elevada sensação de inseguridade interna, ciclicamente a noção tutelar das forças armadas é reclamada na história da América do Sul, muitas vezes enquanto uma força profunda presente na psique socio-política na *longa duração*, como uma representativa força política que contribui nos processos integrativos de construção nacional e nos processos fragmentadores de extroversão dos *caudilhismos*.

Como o desenho de segurança em um país está interligado ao grau de estabilidade das relações civil-político-militares, na América do Sul o nível de segurança durante os regimes militares esteve intimamente relacionado com as influências das relações civis-militares ditadas por uma liderança autoritária *vis-à-vis* aos regimes democráticos posteriores, quando o grau de inseguridade aumentou devido principalmente ao grau instável nas relações político-civis.

Neste contexto, os principais problemas de segurança por que passam os países sul-americanos nos dias atuais são, justamente, aqueles ligados a vulnerabilidades internas produzidas pela falta de legitimidade de suas fronteiras,

instituições e regimes políticos ou, propriamente, pela alta fragmentação social, uma vez que existe uma alta desigualdade, hierarquização e polarização nestas sociedades.

A estrutura evolutiva do *complexo regional de segurança*[5] da América do Sul ao longo do tempo demonstra a existência de algumas características de longo prazo que definem na região uma multipolaridade estável ou de baixa pressão, devido ao padrão de distribuição de poder que parte de um núcleo duro e se difunde ao longo de círculos concêntricos próximos ou distantes (Cepik, 2005).

Uma primeira característica é que o complexo regional de segurança na América do Sul passou a ser caracterizado, nos últimos 30 anos, por uma limitação do uso das forças armadas sul-americanas em ações externas regionais em razão dos acordos de cooperação e integração regional e do baixo perfil

[5] O conceito de complexo regional de segurança surgiu em meados da década de 1980 e se difundiu com o fim da Guerra Fria como um meio instrumental de utilização da escala regional para a análise das questões de segurança internacional. Como instrumento analítico ele mostra que a espacialidade regional é composta por um grupo de estados interdependentes que, por imperativos geográficos de proximidade ou vizinhança, compartilham e transbordam fatores positivos e negativos na construção da percepção de segurança (Buzan e Waever, 2003).

político que o setor de defesa passou a ocupar na agenda política.

Quadro 2 - **Estrutura do complexo sul-americano de segurança**

Núcleo duro	Brasil e Argentina consolidaram-se historicamente como os dois principais países que disputam o papel de líder regional na América do Sul.
Círculos concêntricos próximos	Venezuela, Colômbia, Peru e Chile são países que historicamente têm mantido capacidades estratégico-militares para desafiar o núcleo duro.
Círculos concêntricos distantes	Uruguai, Paraguai, Bolívia e Equador, *estados-tampões,* no regime militar, transformaram-se em estados-seguidores dos demais países, no regime democrático.
	Guiana e Suriname são *estados-marginais*, com relativo isolamento geográfico e cultural com a América do Sul, justamente por serem identificados como Caribenhos.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Cepik (2005); Buzan e Waever (2003).

Uma segunda característica é que a comunidade política sul-americana conduziu a uma intensificação da participação militar em missões de paz sob a égide da Organização das

Nações Unidas (ONU), com envio multilateral de tropas e observadores para a América Latina, África, Europa e Ásia como forma de angariar treinamento e reconhecimento internacional.

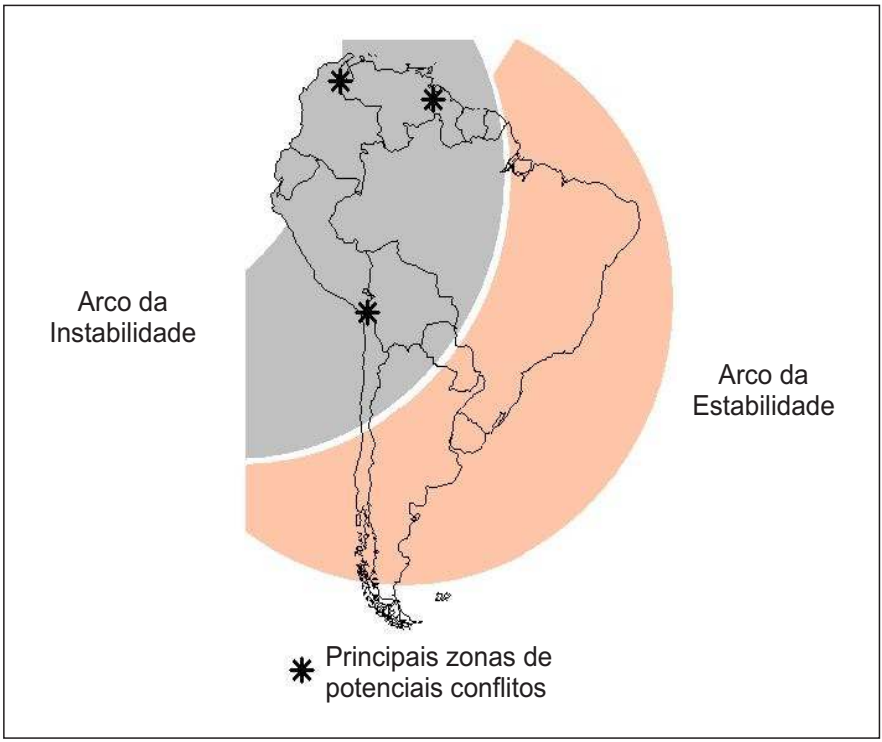
Uma terceira característica é que o conceito de segurança passou por um processo de ampliação em função da natureza transnacional e muldimensional das *novas ameaças*, o que pressionou as forças armadas a um redirecionamento de seu papel rumo ao intitulado papel de policiamento contra problemas como tráfico de drogas e armas ou terrorismo.

A América do Sul, embora seja considerada uma zona de paz, onde não existem significativas ameaças externas, apresenta importantes vulnerabilidades internas nos distintos países, que são oriundas de *novas ameaças*, como o narcotráfico, o crime organizado, tráfico de armas e a persistência de problemas de desenvolvimento, as quais debilitam o exercício da segurança nos territórios nacionais, muitas vezes ocasionando o transbordamento fronteiriço de problemas ou mesmo de conflitos entre países vizinhos.

Esta caracterização demonstra que os processos de regionalização transnacional se sedimentaram ao longo do tempo por meio de trajetórias bifurcadas que caracterizam o complexo regional de segurança da América do Sul segundo a identificação de arcos geográficos de maior ou menor grau de estabilidade ou instabilidade securitária.

Na América do Sul, a *vertente do Oceano Atlântico,* que corresponde ao espaço regional a maioria dos países do Cone Sul, é caracterizada como um *arco de estabilidade* em função do relativo êxito dos processos cooperativos na área de segurança e defesa e das relações civil-político-militares; em contraposição, a *vertente do Oceano Pacífico e* do *Mar Caribenho*, que corresponde ao espaço tradicional de boa parte dos países amazônicos e andinos, e que se revela como *um arco de instabilidade*, justamente por apresentar zonas potenciais de conflitos armados e um padrão de convergência castrense irregular devido aos momentos de avanços e recuos (Medeiros Filho, 2010).

Figura 3 - **Arcos de estabilidade e instabilidadedo complexo de segurança regional da América do Sul**



Fonte: Medeiros Filho (2010).

As vulnerabilidades internas presentes tanto no arco de estabilidade, quanto no arco de instabilidade sul-americano, demonstram que os países ainda estão em estágios iniciais ou

intermediários no processo de *state-building*, motivo pelo qual a natureza dos conflitos interestatais é similar ou mesmo oriunda do transbordamento entre países vizinhos com problemas internos semelhantes.

De um lado, observa-se entre os países da *zona de instabilidade* sul-americana uma percepção do complexo regional de segurança que é caracterizada negativamente por um *padrão de relacionamento competitivo ou lockeano* e que tende a levar à perpetuação de um contexto geopolítico potencialmente conflitivo e instável de *ameaças tradicionais* em função do ressurgimento do nacionalismo, da difusão de um movimento socialista-bolivariano e do aumento dos gastos militares.

No arco de instabilidade, boa parte dos países encontra-se, desde os anos 1980, pressionados nos assuntos de segurança e defesa pelos Estados Unidos, por meio de acordos militares, tais como Colômbia, Peru e Equador, que ampliaram as funções das forças armadas com finalidades policiais e buscaram impelir novas ameaças transnacionais, como tráfico

de drogas e de armas, que têm transbordamentos na América Central e Caribe, e posterior refração rumo à América do Norte[6].

De outro lado, registra-se no *arco da estabilidade sul-americano* uma percepção positiva do complexo regional de segurança em função da identificação de que novas ameaças à segurança nacional levam a correspondentes possibilidades de convergência regional para a construção inter-estatal de um *padrão de relacionamento kantiano* que seja funcional às porosidades fronteiriças de um contexto geopolítico cooperativo.

No arco de estabilidade sul-americano, os países têm sido permeados por um sentimento de reserva ou desconfiança em relação ao emprego das forças armadas em seus territórios, motivo pelo qual surgiram políticas de cooperação regional e de limitação da ação externa das tropas a operações de paz sob a bandeira multilateral da ONU, de maneira a evitar tanto o

[6] As *novas ameaças* originadas no arco de instabilidade sul-americano têm um forte impacto de transbordamento sobre os países caribenhos e centro-americanos, o que faz com que estes procurem se relacionarem dentro de um progressivo padrão kantiano de cooperação sob a influência estadunidense (Senhoras, 2010b).

surgimento de uma crise de identidade militar quanto à perda das bases civis de sustentabilidade política.

Em função da presença desta marcante zona de instabilidade, que tem sido identificada como epicentro de novas ameaças ligadas ao tráfico de drogas e armas, os processos de regionalização transnacional na América do Sul se sedimentaram ao longo do tempo por meio de trajetórias bifurcadas que caracterizam a agregação do complexo regional de segurança com um baixo nível de maturidade.

A existência do complexo de segurança regional da América do Sul a partir de um padrão bipartite influencia de maneira determinística as políticas de segurança e defesa existentes entre os países da região sul-americana por meio de cenários estáveis ou instáveis que projetam diferentes percepções sobre a geopolítica regional e que acabam balizando a própria ação e o raio de manobra das forças armadas.

Neste caso, a passagem de um padrão de relacionamento lockeano em direção a um padrão kantiano na America do Sul não se faz de maneira linear ou mecânica por meio da construção intra-nacional de controle civil sobre os militares ou por meio

da simples construção regional do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), já que o complexo regional de segurança sofre do paradoxo de ser permeado transversamente, tanto pela ausência de guerras formais, quanto pelo elevado nível de violência social.

CAPÍTULO 4

Evolução dos ciclos democráticos e das relações político-militares na América do Sul

EVOLUÇÃO DOS CICLOS DEMOCRÁTICOS E DAS RELAÇÕES POLÍTICO-MILITARES NA AMÉRICA DO SUL

Os processos democráticos modernos têm sido compreendidos ao longo do tempo por diferentes interpretações justamente por não serem blocos monolíticos fixos, mas antes são construções relacionais e socialmente construídas, suscetíveis a movimentos oscilantes de evolução e correspondentes às dinâmicas de estabilidade ou instabilidade produzidas pelos campos de poder das relações civil-político-militares.

Conforme Huntington (1994), a concepção moderna de democracia somente pode ser compreendida a partir de uma perspectiva de longa duração que mostra a existência de um conjunto de transições de regimes políticos que se processaram por meio de ondas de avanço e recuo na liberalização dos sistemas políticos, o que caracteriza um movimento pendular com a identificação de três clara ondas de desenvolvimento e retrocesso institucional na democracia.

formou-se uma contraonda à democratização devido à descolonização e a multiplicação de novos estados nacionais com governos autoritários independentes, e na América do Sul devido aos desenvolvimentos políticos que conduziram sistemicamente à formação de governos militares nos diferentes países, segundo regimes autoritários como na Colômbia, Perú e Venezuela ou regimes híbridos caracterizados pelo *autoritarismo burocrático*, no Brasil e Argentina, e de maneira discutível no Chile e Uruguai.

"Em todos os países da região, o papel dos militares foi muito importante, apesar dos estilos, da retórica e da estética dos regimes terem sido diferentes. Dessa forma, desde o sanguinário regime chileno estabelecido em 1973 até o governo argentino "tolerante com a violência direitista", passando pelo governo do Uruguai civil *de jure*, mas militar *de facto*, e pelo regime brasileiro economicamente bem-sucedido, mas indulgente com a tortura, do Peru esquerdizante à Bolívia gritantemente direitista, todos os países na América do Sul experimentaram um pouco do autoritarismo militar, que, passado algum tempo, provam ter sido similares, a não ser pelas evidentes peculiaridades" (Barros e Coelho, 2009: 43).

Em um primeiro momento, surge uma onda de democratização internacional que teve origem com as revoluções liberais francesa e norte-americana, difusão nos países sul-americanos com os movimentos de independência, e desenvolvimento consolidado assimetricamente no globo ao longo do século XIX em função das primeiras instituições democráticas e da organização dos sistemas políticos.

Porém, o sucesso do liberalismo político, democracia, e do liberalismo econômico, capitalismo, passou a ser questionado como efeito da I Guerra Mundial devido à a uma contraonda com efeitos regressivos na democracia, que pode ser identifica a partir da revolução russa e da ascensão dos movimentos totalitaristas, em especial o Nazismo na Alemanha e o Fascismo na Itália, que transbordaram efeitos no mundo e na própria América do Sul.

Em um segundo momento, uma curta nova onda de democratização foi sendo difundida por meio da instauração de instituições democráticas pelos aliados nos frontes opostos de batalha com o fim da II Guerra Mundial, como na Alemanha Ocidental, Itália, Austria e Japão. Em um breve espaço de tempo

Em um terceiro momento, a internacionalização de uma nova onda de democratização aconteceu em quase trinta países oriundos da Europa, Ásia e América Latina desde meados da década de 1970, quando o movimento neoliberal passa a ser difundido e acaba influenciando na liberalização política internacional, com um movimento de países que substituíram seus regimes autoritários por outros democráticos.

Porém, uma contraonda democrática surge, por um lado, devido ao fracasso das reformas neoliberais em muitos países sul-americanos e a revisão do Consenso de Washington, e por outro lado, devido à política unilateral pelos Estados Unidos após o 11 de Setembro de 2001, o que implicou na difusão de uma nova esquerda sul-americana com polarizações dentro do regime democrático segundo características autoritárias e liberais.

Tomando como referência a longa duração dos processos cíclicos de democratização nas relações internacionais, observa-se na terceira onda que os anos 1980 e 1990 trouxeram alterações significativas nas relações civil-

militares na América do Sul, basicamente estruturadas pelo aprofundamento do controle civil e pela limitação no nível de autoridade e de influência do segmento militar.

De maneira geral, a terceira onda de redemocratização na América do Sul tem sido permeada ao longo do tempo por uma busca de deslocamento do centro de gravidade na *tomada de decisões* por meio de um processo de quitação dos militares de suas funções políticas onde se procura fortalecer o controle político nas mãos civis, não obstante tenha acontecido um crescente processo de politização das forças armadas em alguns países do arco de instabilidade, como Venezuela e Bolívia.

Neste contexto, os processos de transição democrática podem divididos em duas fases, sendo o *primeiro momento* aquele que marca a passagem do regime militar até a instalação de um governo democrático, e o *segundo momento* aquele que parte da instalação do governo democrático e vai até a consolidação efetiva de um regime democrático (O'Donnell *apud* Serra, 2008).

O período da guerra fria influenciou na construção de um modelo de relação político-militar que se tornou marcada por uma distorção das funções das forças armadas, produto da definição da ameaça interna como expressão local da ameaça externa em razão do perigo de difusão do socialismo no mundo, o que repercutiu na condição de desconfiança em relação aos militares e fratura nas relações com os *stakeholders* da sociedade civil devido ao padrão político de controle militar.

O período de redemocratização nos países sul-americanos, em concomitância com o fim da guerra fria proporcionou a construção de um novo modelo de relações político-militares, que desde então tem buscado se institucionalizar por meio do controle civil sobre os militares, a fim de superar as fraturas do passado, muito embora persista a lógica inercial do período anterior com um grau de autonomia relativa das forças armadas, variando de país a país.

Baseando-se em Perez e Lima (2008), é possível apreender que a característica conectiva que proporciou um processo continuum de transição sem a criação de desajustes

na estabilidade da governança dos países sul-americanos pode ser identificada por um contexto de inflexão estrutural na política internacional, devido ao degelo e fim da Guerra Fria, e por um contexto de inflexão estrutural nas políticas nacionais, devido ao adensamento do controle civil em detrimento de um voluntarismo das forças armadas.

No plano das relações internacionais, a região sul-americana como um todo passou por um processo de redução da autonomia operacional e política das forças armadas haja vista que em um contexto internacional multipolar menos securitizado, os militares perderam a justificativa geopolítica e ideológica para a manutenção conflitivo de um poder duro na região ou para atuação no cenário político de cada país diante do novo *status quo* neoliberal que se consolida por meio de um Estado mínimo, presença de fóruns e organismos multilaterais, e projetos cooperativos e de integração regional.

No plano interno dos países sul-americanos, a evolução do adensamento do controle civil contou com o voluntarismo e anuência dos próprios militares, mediante o seu recolhimento

político voltado estritamente às questões profissionais, como salários, orçamentos, preparo e emprego, o que tornou as forças armadas mais preocupadas com a manutenção de sua capacidade operativa e a manutenção de *status quo vis-à-vis* à capacidade de influenciar politicamente no cenário nacional.

Conforme Aravena (2002) e Bland (2001) e a despeito de existir um padrão razoavelmente estável nas relações político-militares, por meio de pontes institucionais de diálogo que criaram co-responsabilidades entre civis e militares, ainda persiste um problema de subordinação das forças armadas que tenha sido satisfatoriamente resolvido, já que os civis carecem de profissionalização e massa crítica nos assuntos de defesa, o que tem criado uma forte dependência em relação aos militares.

Por mais que exista uma inércia tendencial de continuidades do modelo de relações civil-militares do período anterior, que não corresponde com um sistema democrático plenamente consolidado, o processo de ajustamento nas relações político-militares no momento atual tem produzido efeitos de transbordamento positivo nas relações entre os

militares e a sociedade civil, motivo pelo qual nas pesquisas de opinião, as forças armadas dos diferentes países sul-americanos serem apontadas como instituições líderes nos rankings de grau de confiança nacional (Latinobarómetro, 2010; LAPOP, 2010).

CAPÍTULO 5

Teoria viral das relações político-militares na América do Sul

TEORIA VIRAL DAS RELAÇÕES POLÍTICO-MILITARES NA AMÉRICA DO SUL

O problema do contexto atual das relações político-militares é que têm transbordado nos países da América do Sul duas configurações distintas de segurança nacional, que podem ser compreendidas a partir de uma *teoria viral das relações político-militares*.

De um lado, estão presentes aqueles países, como Chile, Argentina, Uruguai e Brasil, onde o *período da transição democrática* produziu uma série de anti-corpos em relação à autoridade política, levando a uma estabilidade político-civil e a um contexto de *profissionalização objetiva*[7] das forças armadas em detrimento de uma liderança democrática por meio da institucionalização de uma burocracia civil.

[7] O termo profissionalização objetiva toma como referência uma releitura do conceito de *controle subjetivo das forças armadas*, proposto por Huntington (1957), já que o *controle objetivo* nas relações político-militares seria aquele que leva a uma profissionalização militar baseada em um rígido controle dos militares em relação aos civis, baseando-se em *valores e normas*. Observa-se neste tipo ideal de controle objetivo que existe uma clara definição e separação de papeis, de maneira que aos *civis* cabe o exercício político da defesa e aos *militares* cabem apenas a estreita execução das ordens.

Hoje o resultado dos processos anteriores demonstra que houve um fortalecimento das relações civil-politico-militares que dão um grau de legitimidade ao controle civil sobre os militares, que por um lado, corrobora para um elevado custo de reversão deste *framework* normativo, e por outro lado, difunde vetores internos e externos de maior seguridade.

De outro lado, estão presentes aqueles países, como Venezuela e Bolivia, pertencentes ao arco de instabilidade sul-americano, onde o *período da transição democrática* não terminou, mas antes regrediu a um estado de deterioração das relações civil-militares, tal como em uma pneumonia, onde a polarização das relações político-civis leva a uma crescente *profissionalização subjetiva*[8] das forças armadas sob mando político do presidente, servindo assim como um instrumento a mais de coaptação e politização na sociedade.

[8] O conceito de profissionalização subjetiva é baseado no trabalho de Huntington (1957), que discute o *controle subjetivo das forças armadas*, como um primeiro caminho mais fácil para os civis controlarem os militares por meio de uma maximização relativa dos poderes de algum grupo civil específico segundo um padrão no qual os militares não estão separados da sociedade, mas antes fazem parte do processo de politização segundo as *ideologias dominantes*.

Neste contexto, o resultado líquido é a produção de uma situação de inseguridade, principalmente no caso dos países envolvidos no movimento socialista-bolivariano, como Venezuela e Bolívia, onde não existe uma clara diferenciação entre as funções militares e policiais, o que tem levado uma crescente desprofissionalização das forças armadas que é correspondente à crescente politização por que passam devido aos estímulos do poder executivo nacional.

No meio a ambos os modelos de virulência positiva e negativa, encontram-se outros países, como Equador, Colombia e Peru, que se encontram contextualizados em maior e menor pela influência de um dos polos, embora com um grau menor de estabilidade das *relações político-militares*, o que acaba por refletir em nos próprios padrões de inseguridade.

A construção de distintos padrões de relações político-militares na América do Sul pode ser apreendida na história recente por meio de duas perspectivas teóricas distintas, identificadas pelas concepções de *fusionismo* e *autonomismo* que refletiram estruturas orgânicas frente à difusão de diferentes ideologias políticas.

De um lado, observa-se uma *teoria fusionista*, na qual as relações político-militares são determinadas pela liderança política dos militares frente aos civis por meio da contrução de um padrão de governabilidade caracterizado por um autoritarismo-burocrático durante o regime militar.

Neste contexto, os regimes militares do Brasil e da Argentina, e de maneira mais discutível, do Chile e do Uruguai montaram uma estrutura de governabilidade assentada em um padrão de *autoritarismo burocrático* que se caracterizou por uma eficiente combinação funcional entre a autoridade militar e a burocracia civil, porém sobre uma base de controle subjetivo própria de um pretorianismo militar (Huntington, 1994).

De outro lado, observa-se a divisão de uma *teoria autonomista* baseada em um marco normativo de controle objetivo dos civis por meio da profissionalização e despolitização dos militares durante o período democrático, segundo uma divisão racional do trabalho, onde as esferas políticas e esferas militares são autônomas e hierarquizadas nesta ordem.

Baseados nesta concepção autonomista, os paises sul-americanos consolidaram um padrão de passagem de soldados pretorianos para militares profissionais, embora uma correspondente evolução não tenha se consolidado na formação de uma massa civil de burocratas profissionalizados na área de defesa, motivo pelo qual o controle civil ser relativo, com espaços de autonomia militar e co-responsabilidades entre civis e militares para manutenção da maquina publica de defesa.

Porém, hoje, quando se analisa a contemporânea politização das forças armadas, observa-se uma dupla interpretação sobre o fenômeno que é geograficamente identificada no complexo regional de segurança da América do Sul por meio de distintas tendências nos arcos de estabilidade e instabilidade.

No arco de estabilidade existe a concepção de não politização das forças armadas que foi se cristalizando ao longo do tempo desde o fim dos regimes militares baseando-se na noção de que a neutralidade política dos militares evitaria intervenções militares que pudessem comprometer o regime democrático.

No arco de instabilidade, a politização das forças armadas tornou-se um fenômeno comum em alguns países, quando baseado na posição da *centralização presidencial* ou do *poder arbitral* das forças armadas, pois a incorporação de princípios ideológicos e políticos nas forças armadas seria justificada como uma forma de neutralizar as tendências antidemocráticas latentes na sociedade, tornando as tropas mais sensíveis aos problemas nacionais.

O momento atual desde a terceira onda de redemocratização na América do Sul é permeado por um processo de *politização dos militares*, principalmente por países pertencentes ao movimento socialista-bolivariano, no qual os debates político-civis são trazidos para dentro do seio das forças armadas pelos atores políticos, o que se contrapõe profundamente ao processo de *militarização da política* que aconteceu durante o período de regimes militares.

CAPÍTULO 6

Relações político-militares, divisão de poderes e democracia na América do Sul

RELAÇÕES POLÍTICO-MILITARES, DIVISÃO DE PODERES E DEMOCRACIA NA AMÉRICA DO SUL

Um dos grandes problemas da estabilidade das relações cívico-militares na América do Sul encontra-se justamente a identificação de que os princípios democráticos não são plenamente consolidados, pois a *liderança democrática* embasada no caráter civil e constitucional é debilitada em articulação e execução, acabando por não se expressar plenamente devido ao *gap* relacional entre as forças armadas e as autoridades políticas dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Registra-se que não existe um envolvimento dos partidos politicos nas tematicas de defesa nacional uma vez que são baixos os recursos governamentais alocados para as forças armadas e baixissima a visibilidade politica para arrecadação de votos para os políticos envolvidos na area, o que acarreta em um deficit institucional no policymaking em seguranca e defesa por parte dos *poderes executivo* e *legislativo*.

No caso do *poder executivo*, o controle civil sobre os militares tem sido relacionalmente construído nos países sul-americanos por diferentes modelos, que se caracterizam tanto pela existência de canais de institucionalização personalista de liderança presidencial quanto por estratégias de criação de burocracias específicas e ministérios de defesa.

As pontes de diálogo entre civis e militares passou por distintas situações de convergência, conflito ou adesão entre líderes políticos e militares ou entre burocracias civis e militares, o que criou diferentes graus de autonomia das forças armadas em cada país sul-americano e distintos formatos de relacionamento político-militar, que de maneira geral produziram resultaram empadrões estáveis.

De um lado, o esforço de criação de ministérios de defesa ou de produção de documentos de defesa na região revelou tanto as contribuições no diálogo entre civis e militares para a consolidação dos regimes democráticos quanto as limitações existentes para o avanço institucional já que a falta de uma massa crítica civil, com recursos humanos qualificados e profissionais, cristaliza uma estrutura de dependência em

relação aos militares para o funcionamento da máquina burocrática da política de defesa (Gaitán, 2010).

Tabela 1 – **Ministérios de Defesa na América do Sul**

Países	*Data de criação*	*Ministros de defesa*		*Alocação orçamentária*		*Destinação percentual dos gastos*			*Grau de profissionalização institucional dos ministérios*	*Ano de lançamento de documentos da área de defesa* (livros brancos, políticas de defesa nacional, etc)
		Civis	*Militares*	*US$ bi*	*%/ PIB*	*Salários e pensões*	*Investimentos*	*Outros*		
Argentina	1958	33	04	3,1	0,9	75,4	3,1	21,5	+++	1999, 2001 2009, 2010
Bolívia	1933	37	39	0,3	1,8	62,2	5,8	32,0	-	2004, 2010
Brasil	1999	05	-	33,0	1,7	71,6	14,0	14,0	++	1995, 2005, 2008
Chile	1932	31	18	4,8	2,4	58,4	24,0	17,6	+++	1997, 2002, 2010
Colômbia	1965	13	12	6,1	2,3	48,8	14,0	37,2	+	2003, 2007
Equador	1935	20	33	2,1	3,5	73,2	15,3	11,5	+ -	2002, 2006, 2008
Paraguai	1943	05	18	0,2	1,3	81,8	7,1	11,1	-	1999
Perú	1987	06	11	2,0	1,4	48,4	15,1	36,5	+ -	2005
Uruguai	1935	22	15	0,4	0,9	73,7	5,4	20,9	++	1999
Venezuela	1946	01	39	2,5	0,8	82,5	1,6	15,9	+	-

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Resdal (2010).

De outro lado, a figura presidencial foi decisiva para formar um espectro de padrões de relacionamento político-militar nos países sul-americanos, que é caracterizado tanto pela *liderança democrática* dos países do arco de estabilidade, na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, quanto pela *centralização presidencial* ou pelo *poder arbitral* das forças armadas nos demais países sul-americanos pertencentes ao arco de instabilidade.

No arco de estabilidade tem existido um padrão de *liderança democrática*, que conformou burocracias civis e delegou funções entre civis e militares para o exercício da política defesa. No arco de instabilidade há tanto um padrão de *centralização presidencial* - com alto grau de politização das forças armadas, como nos casos de Perú, com o presidente Fujimori, ou de Venezuela, com o presidente Hugo Chavez, quanto um *poder arbitral* das forças armadas sobre as instituições democráticas, como no caso Equador nos anos 1990, com insubordinações durante o governo do presidente Jamil Mahuad.

No caso do *poder legislativo*, a falta de um *staff* especifico e permanente para abordar os temas de defesa nacional na América do Sul demonstra que parte da falta de avanço nas relações civil-militares acontece pelo descaso, falta de ações e omissões do poder legislativo frente aos temas relacionados às forcas armadas, haja vista que apenas quatro países sul-americanos - Argentina, Brasil, Bolívia e Perú - possuem comissões parlamentares de defesa (Aravena, 2008).

Apesar de ser um importante ator para institucionalizar canais de liderança democrática e construção constitucional no exercício do controle civil sobre os militares, os parlamentos sul-americanos demonstram um baixíssimo grau de envolvimento com o setor de defesa uma vez que os partidos políticos não se interessam pela área devido à pequena visibilidade eleitoral oriunda de preconceitos da época dos regimes militares, o que restringe a atuação legislativa à aprovação orçamentária para as políticas de defesa.

No caso do *poder judiciário*, observa-se uma ausente participação judiciária nos assuntos defesa nos paises

pertencentes ao arco de estabilidade sul-americano, derivada de um sistema normativo e legal que diferencia claramente as funções militares das policiais, em contraposição aos países do arco de instabilidade, que têm promovido um *populismo judicial* por meio de marcos legais que permitem a participação das forças armadas em temas policiais de seguranca pública[9].

Em razão do incremento de novas ameaças com impacto na segurança pública - de caráter interno - e com impacto fronteiriço na criação de vulnerabilidades externas - de caráter transnacional - tem ocorrido uma sistêmica legitimação judicial na América do Sul de uma preocupante onda de operações conjuntas de intervenção policial-militar, sendo normalmente conduzidas por autoridades militares no arco de instabilidade, e por autoridades civis no caso brasileiro, já que Argentina Chile e Uruguai se encontram áquem da tendência.

De maneira geral, as forças armadas sul-americanos não mais representam uma ameaça à estabilidade política ou

[9] Em muitos países sul-americanos há uma falência da segurança pública promovida pelas forças policiais, o que tem gerado um quadro de aumento de empresas e vigilantes de segurança privada, e de crescente participação das forças armadas em questões relacionadas à manutenção da ordem pública.

propriamente uma ameaça ao regime democrático já que houve um aprendizado com os erros dos regimes militares do período da Guerra Fria, de maneira que desde os anos 1990 não aconteceram golpes em nenhum país sul-americano, ainda que a ingovernabilidade política tenha se evidenciado no arco de instabilidade.

Os novos desafios nas relações político-militares encontram-se na superposição de funções entre as forças armadas e outros *stakeholders civis* justamente em um contexto de condução da política de defesa, que ainda é permeado por uma débil estrutura burocrática civil, a qual se revela ainda pequena e extremamente dependente dos militares para fazer a máquina administrativa funcionar.

O controle civil sobre os militares na América do Sul tem muitas vezes conduzido a uma visão maximalista para a ação das forças armadas que as coloca em atividades latentes de segurança ampliada de âmbito interno, não as restringindo às tradicionais políticas de defesa de caráter manifesto no âmbito externo, motivo que tem levado a um overlapping na execucão de funções civis por militares.

No arco de estabilidade, a presença de ministérios de defesa com um relativo grau de profissionalização civil conduziu as forças armadas a uma orientação restrita a tarefas de defesa na Argentina, Chile e Uruguai, países que delimitam claramente as funções policiais e militares, embora o Brasil tenha sistematicamente utilizado as forças armadas com finalidades de segurança ampliada para *statebuilding* na Amazônia Legal ou em operações conjuntas com a polícia contra o crime organizado em algumas fronteiras ou mesmo em cidades como no Rio de Janeiro em 2010.

No arco de instabilidade, existe uma clara superposição de funções entre os militares e outros *stakeholders*, principalmente as forças policiais no âmbito da seguridade pública e da seguridade cidadã, uma vez que existe uma crescente participação das forças armadas na luta contra o narcotráfico e em tarefas repressivas contra grupos insurgentes, como na Colômbia, Perú e Equador, ou ainda na participação em tarefas de desenvolvimento nacional, como no caso da Venezuela e Bolívia.

O problema criado pelo emprego das forças armadas em atividades não restritas à defesa nacional, frente a ameaças externas, mostra que ao mesmo tempo em que os militares adquirem um relativo grau de autonomia institucional nos países sul-americanos por contarem com novos canais para captação orçamentária, existe uma superposição de funções que dificulta a construção de organismos civis competentes e que ao fim chegam a influenciar a desprofissionalização militar devido ao excesso de funções.

CONCLUSÃO
Últimas Considerações

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES À GUISA DE CONCLUSÃO

A avaliação da tríade clausewtziana de governança no caso da América do Sul permite evidenciar de maneira transversal à região, que todos os países, em maior ou menor grau, são permeados por relações civil-político-militares que se caracterizam por uma hibridez socio-cultural e que transbordam efeitos de estabilidade ou instabilidade na segurança.

Há um espectro de possibilidades nas relações civil-político-militares em cada país na América do Sul que é permeado pela hibridez de características próprias de sociedades que absorvem um alto grau de polarizações, por isso, o que vai distinguir o grau de estabilidade ou instabilidade nos campos de poder produzidos por políticos, militares e *stakeholders* é justamente a configuração híbrida específica em cada Estado Nacional.

Portanto, a hibridez socio-cultural existente na América do Sul trata-se uma característica produzida pelo acomodamento de alteridades em um mesmo território ao longo

do tempo, o que significa dizer que a cristalização de dualidades nos países é algo que aos poucos foi sendo sedimentado por meio de um *continuum* entre vetores de integração e fragmentação, conflito e cooperação, ou ainda aproximação e distencionamento.

Neste contexto híbrido, porém, o fim do poder arbitral das forças armadas na América do Sul foi substituído por um regime democrático sem a consolidação plena de responsabilidades compartilhadas entre civil e militares ou o estabelecimento de controles democráticos já que os poucos avanços nas políticas de defesa ficaram a cargo de tímidas iniciativas de liderança presidencial ou da estruturação de ministérios de defesa.

O controle civil dos militares nos primeiros anos da redemocratização na maioria dos países sul-americanos foi sendo sedimentado muito mais em função dos vetores horizontais de institucionalização política dos regimes democráticos a propriamente uma verticalização de mando, haja vista que não surgiu uma burocracia civil adequada em tamanho ou profissionalização com efetiva liderança para o tratamento dos assuntos militares.

Segundo Bland (1999), existem quatro problemas cardinais que toda teoria sobre controle político-militar tem que enfrentar e que podem ser aplicados como exemplos ao caso especifico dos países sul-americanos, justamente por serem marcos estruturais que são latentes tanto em democracias novas quanto democracias consolidadas, que se definem respectivamente pelos seguintes assuntos:

a) *Problema do pretorianismo*, que corresponde a necessidade de se diminuir a noção de controle civil-subjetivo, ou propriamente diminuir o grau de politização das forças armadas em novas democracias, ou eventualmente administrar esta problemática nas democracias consolidadas.

O caso dos países sul-americanos de difusão do movimento intitulado como socialista-bolivariano (Venezuela, Equador e Bolívia) demonstra que existe um preocupante quadro de politização das forças armadas, no qual a liderança política presidencial difunde um controle subjetivo das tropas por meio da incorporação de sua ideologia.

b) *Problema da disciplina do corpo armado*, que se relaciona à estratégia normativa para equalização de uma força armada maximizada em suas funções de garantia dos interesses nacionais de maneira a minimizar os riscos de diminuição das liberdades democráticas.

O *poder arbitral* das forças armadas sobre as instituições democráticas no Equador nos anos 1990, com insubordinações no governo do presidente Jamil Mahuad caracteriza-se como exemplo de absorção subjetiva de interesses de alguns setores sociais no corpo armado, o que refletiu em um padrão de indisciplina à liderança democrática.

c) *Problema dual de controle*, que se refere a uma situação muitas vezes negligenciada do ponto de vista das relações político-militares que é o simultâneo controle militar pela burocracia civil *vis-à-vis* ao próprio controle governamental no uso da força.

No caso da Venezuela observa-se esta problemática devido ao controle subjetivo que o executivo tem das forças armadas e do controle do legislativo pelo partido da situação

governamental, o que acaba por pulverizar a eventual formação de *checks* e *balances* que regem a lógica da estabilidade do regime democrático.

d) *Problema de expertise civil*, que diz respeito à falta de conhecimento da burocracia civil permanente e não permanente dos ministérios de defesa em relação ao seu núcleo duro funcional, o que acaba por gerar uma dependência de assessores militares.

Trata-se de um contencioso pandêmico à maioria dos países da região no período da redemocratização, motivo pelo qual no Brasil será inaugurada uma oficina da Escola Superior de Guerra em Brasília, com o objetivo de ser um instituto específico para a formação da *burocracia civil* do ministério de defesa, tal como já acontece na Argentina.

Observa-se, portanto, que a falta de liderança política e de capacitação dos civis nos ministérios de defesa têm sido identificados como os principais problemas no desenvolvimento de um horizonte não estratégico para as forças armadas, porém existe outra problemática que vai além das disfuncionalidades

do poder executivo que corresponde justamente à ausência de atuação das outras contrapartidas horizontais do judiciário, e parcialmente do poder legislativo, que não tem uma agenda propositiva, restringindo sua ação na votação de orçamento e em alguns poucos casos com a presença de controladorias de regulação.

Mesmo não existindo uma ruptura na transição dos regimes militares para regimes democráticos, a noção de civilismo foi difundida por um curto espaço de tempo no período de redemocratização em alguns países, em especial no Brasil durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-92), à medida que se procurou construir uma posição de minimização institucional das forças armadas em contraposição ao militarismo do período anterior.

Porém, a transição de regime militar para democrático foi específica, conforme a experiência histórica de cada país, motivo pelo qual surgiram distintas relações político-militares, que podem ser sintetizadas por meio de modalidades típico-ideais de relações político-militares, que são controle civil-democrático, domínio militar e dualismo político-militar.

Quadro 3 - **Modalidades de relações político-militares**

Regime militar		
Pretorianismo militar	A autonomia política das instituições castrenses supõe a capacidade destas para consolidar uma marcada independência doutrinal, orgânica e funcional em seu desenvolvimento e projeção institucional perante o governo estatal e perante a sociedade política e civil e, a partir da qual, podem se desenvolver formas autosustentadas de práticas políticas. Esta modalidade de relações se caracteriza pelo exercício institucional do governo estatal por parte das Forças Armadas. Não se trata de um governo militar de caráter personalista ou caudilhista, mas de um regime autoritário no que, pela via do "golpe de Estado" e em forma institucional, as Forças Armadas passam a ocupar o aparelho estatal e exercem de modo direto o governo nacional, o que, com certeza, presta conta de uma extrema politização e autonomização das Forças Armadas no contexto de uma também profunda militarização das relações político-militares.	Todos países da América do Sul durante regimes militares
Regime democrático		
Controle civil-democrático	Esta modalidade de relações cívico-militares se caracteriza pela existência de uma situação de controle civil sobre as Forças Armadas estruturado em torno de duas condições interdependentes, mas analiticamente distinguíveis: a) do lado civil-governamental, o exercício efetivo do mando ou governo político-institucional sobre as Forças Armadas e b) do lado militar, a subordinação efetiva às autoridades governamentais. Dito de outro modo, enquanto fenômenos mutuamente referidos e articulados, não existe obediência sem o exercício do poder e viceversa. O controle civil sobre as Forças Armadas desenvolve-se exclusivamente no quadro de um regime político de caráter democrático no qual (i) o governo -executivo e legislativo- é exercido por aqueles dirigentes políticos e setores partidários eleitos popularmente põe meio do sufrágio universal e no que (ii) a subordinação das Forças Armadas aos poderes públicos é efetiva e se articula dentro dos parâmetros institucionais fixados constitucionalmente.	Argentina, Chile e Uruguai
Dualismo político militar	Articulado no contexto de um regime formalmente democrático, caracteriza-se por uma situação de ausência de controle civil sobre as Forças Armadas, já seja pela falta de exercício efetivo da condução políticoinstitucional sobre as instituições castrenses por parte dos governantes civis e/ou pela existência de Forças Armadas politicamente autônomas com relação ao poder governamental e à sociedade política e civil. Isto é, supõe uma modalidade intermédia localizada entre uma situação típica de controle civil e outra de domínio militar. Toda situação de dualismo cívico-militar deriva de fatores inscritos no âmbito civil ou no militar respetivamente, ou da combinação de ambos. Isto dá lugar a duas sub-modalidades típicas de dualismo militar: a que supõe e articula-se ao redor da intervenção política autonômica dos militares e a que encontra sua origem e se estrutura em torno dos defeitos e as insuficiências da dirigência política civil no exercício da condução político-institucional sobre as Forças Armadas.	*Intervenção tutelar*: Equador *Ação civil deficiente*: Brasil, Paraguai e países do arco de instabilidade

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Sain (1999) e Hunter (2001)

Embora a região tenha passado no período de redemocratização pela difusão de uma normatividade, baseada no controle civil-democrático, que buscava diminuir a politização dos militares e reorientar sua atenção não só para a defesa, mas também para temas de segurança ampliada, as modalidades de relações político-militares se fracionaram na América do Sul segundo a configuração de arcos geográficos de estabilidade e instabilidade, o que levou muitos analistas a não estarem de acordo de que os políticos tenham feito de fato progressos no estabelecimento da supremacia civil sobre as forças armadas, o que conduziu a um dualismo político-militar em muitos países.

De um lado, o fracionamento das relações político-militares é derivado de influências internas ao campo de poder produzido pelos poderes políticos e as forças militares, como é o caso do baixo grau de institucionalização que o controle civil teve nas agendas de defesas de muitos países, já que a ausência de adequados expertise e massa crítica civil foi corroborada por um contexto de descaso dos poderes executivo, legislativo e judiciário com a área.

De outro lado, a conformação de um cluster de países caracterizado pelo *dualismo político-militar vis-à-vis* a um cluster de países definidores de um padrão de *controle civil-democrático*, revela que as relações político-militares também são influenciados por avetores de influência fora deste campo de poder, o que corrobora para a compreensão de que as relações político-civis caracterizadas pelas polarizações ou marginalizações de *stakeholder civis* levam a um quadro de fracionamento nas relacões político-militares, induzindo o isolamento dos militares ou a sua politização.

Por mais que as relações civil-político-militares não tenham se consolidado plenamente estáveis, principalmente devido aos tensionamentos e polarização das campos de poder produzidos por políticos e civis, os custos para o retorno a um contexto de pretorianismo militar tornou-se tão alto para as forças militares na maioria dos países sul-americanos, que elas se encontram àquem da política, embora mantendo um relativo grau de autonomia e profissionalização, fato que demonstra que os rumos dos avanços devem ser dirigidos tanto para haver

maior diálogo e inclusão desenvolvimentista nas relações civil-políticas, quanto para ampliar as co-responsabilidades entre civis e militares nos ministérios de defesa, segundo um nível que otimize o controle civil.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

ALSINA Jr, J. P. S. A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: IBRI, vol. 46, no 2, 2003.

ARAVENA, F. R. "El riesgo de la superposición entre las políticas de defensa y seguridad". **Revista Nueva Sociedad**, n. 213, enero-febrero, 2008.

ARAVENA, F. R. "¿Hacia un 'nuevo modelo Occidental' de relación civil-militar? **Fasoc**, año 17, n. 4, 2002.

BARROS, A. S. C.; COELHO, E. C. "Intervenção Militar e Abertura Política na América do Sul". **Revista Militares e Política**, n. 4, janeiro-junho, 2009.

BLAND, D. L "A Unified Theory Of Civil-Military Relations". **Armed Forces & Society**, vol. 26, n.1, 1999.

BLAND, D. L. "Patterns in Liberal Democratic Civil-Military Relations". **Armed Forces & Society**, vol. 27, n. 4, 2001.

BUZAN, B.; WAEVER, O. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CEPIK, M. “Segurança na América do Sul: Traços estruturais e dinâmica conjuntural”. **Análise de Conjuntura do Observatório Político Sul-Americano**, n. 9, 2005.

CHEIBUB, J. A. “Presidentialism and democratic performance”. In: REYNOLDS, A. (ed). **The Architecture of Democracy: Constitutional Design, Conflict Management, and Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

COSTA, T. G. Política de defesa: uma discussão conceitual e o caso do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional.** Brasília: IBRI, vol. 37, no 1,1994. FERNANDES, F. B. **As relações civil-militares durante o governo Fernando Henrique Cardoso – 1995-2002**. Brasília: UNB, 2006.

COSTA, W. P.; MORAIS, J. Q.; OLIVEIRA, E. R. **A Tutela Militar**. São Paulo: Vértice, 1987

COVARRUBIAS, J. G. “La profesión militar ayer y mañana”.

RESDAL – Red de Seguridad y Defensa de América Latina, Marzo, 2005. Disponível em <www.resdal.org>. Acesso em 15/10/2010.

GAITAN, G A. P. "Las Relaciones Político-Militares en Democracia: Los Ministerios de Defensa". ***Security and Defense Studies Review***, vol. 10, Spring-Summer, 2010.

HUNTER, W. "Assenssing civil-military dynamics in Brazil. In: PION-BERLIN, D. **Civil-Military Relations in Latin America: New Analytical Perspectives**. Chapel Hills: University of North Carolina Press, 2001.

HUNTINGTON, S. P. **La tercera ola: la democratización a finales del siglo XX**. Barcelona: Paidós Ibérica, 1994.

HUNTINGTON, S. P. "Poder, ideología y profesionalidad: las relaciones civilesmilitares en teoría". In: BANÓN, R.; OLMEDA, J. A. **La instituición militar en el Estado contemporáneo**. Madrid: Alianza Universidad, 1985.

HUNTINGTON, S. P. **The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations**. Cambridge: Harvard University Press, 1957.

LAPOP – Latin American Public Opinion Project. **The 2010 AmericasBarometer**. Nashville: Vanderbilt University, 2010. Disponível em <www.americasbarometer.org>. Acesso em 05/01/2011.

MARQUES, A. A. Concepções estratégicas brasileiras no contexto internacional do pós-Guerra Fria. **Revista de Sociologia e Política.** Curitiba: UFPR, no 20, junho, 2003.

MEDEIROS FILHO, O. "Entre a cooperação e a dissuasão: dilemas na construção de uma comunidade regional de segurança na América do Sul sob a perspectiva militar". In: SENHORAS, E. M.; GEHRE, T. **Novas Proposições em Relações Internacionais: Regiões em um mundo fragmentado**. Boa Vista: EdUFRR, 2010.

OLAG - Observatório Latino Americano de Geopolítica. **Mapa interactivo geopolítico mundial**. Software, 2008. Disponível em <www.geopolitica.ws>. Acesso em 12/12/2010.

PAGLIARI, G. C. Temas da agenda de segurança hemisférica no pós-Guerra Fria: entre a hegemonia e a

multidimensionalidade. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina: Uel-Anpuh, 2005.

PEREZ, A. P. S.; LIMA, R. N. O. "A atuação política das Forças Armadas brasileiras no contexto da nova ordem internacional pós-Guerra Fria e no âmbito da condução da política nacional pós-1985". **Portal do Centro de Estudos Estratégicos**, 2008. Disponível em <www.eceme.ensino.eb.br/portalcee>. Acesso em 20/11/2010.

PION-BERLIN, D. "A New Civil-Military Pragmatism in Latin America". **Security and Defense Studies Review**, vol. 4, n. 1, 2004. Disponível em: <www.ndu.edu/chds/journal>. Acesso em 02/10/2010.

PION-BERLIN, D.; TRINKUNAS, H. A. "Attention Deficits: Why Politicians Ignore Defense Policy in Latin America". **Latin American Research Review**, vol. 42, n. 3, 2007.

RESDAL – Red de Seguridad y Defensa de América Latina. **Atlas Comparativo de la Defensa en América Latina**. Buenos Aires: Resdal, 2010.

SAIN, M. F. **Alfonsín, Menem e as relações cívico - militares. A construção do controle sobre as Forças Armadas na Argentina Democrática (1983-1995)**. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 1999.

SENHORAS, E. M. **Uma agenda de estudos sobre a regionalização transnacional na América do Sul**. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2010a.

SENHORAS, E. M. "Novas ameaças, instituições e tensões geopolíticas nos complexos regionais de segurança da América Central e Caribe e da América do Sul". **Memorias de la Conferencia Subregional en Mesoamérica**. El Salvador: NDU-CHDS, 2010b.

SERRA, N. **La transición militar: reflexiones em torno a la reforma democrática de las fuerzas armadas**. Barcelona: Randon House Mondatori, 2008.

SILVA, L. O. "Desenvolvimentismo e intervencionismo militar". **e-Premissas: Revista de estudos estratégicos**, n. 01, junho/ dezembro, 2006.

STEPAN, A. **Brasil: los militares y la política**. Buenos Aires: Amorrortu, 1970.

THE ECONOMIST. “The democratic routine: Resilience in the crisis and a robust recovery have brought a sunnier mood”. **The Economist**, December 2nd, 2010.

ZAVERUCHA, J. **Rumores de Saberes: controle civil ou tutela militar?** São Paulo: Ática, 1994.

ZIRKER, D. “Introduction: Civil-military relations and security in Latin America”. **Journal of Political and Military Sociology**, vol. 33, n. 1, 2005.

BIOGRAFIA

BIOGRAFIA



Elói Martins Senhoras é professor adjunto do Departamento de Relações Internacionais e dos Programas de Mestrado em Geografia, e, Mestrado em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima (UFRR). É pesquisador do Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), do Núcleo de Estudos de Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento Sustentável (NEEDS) e do Núcleo Amazônico de Pesquisa em Relações Internacionais (NAPRI). Graduado em Economia e em Política. Especialista pós-graduado em Administração - Gestão e Estratégia de Empresas. Especialista

pós-graduado em Gestão Pública. Mestre em Relações Internacionais e em Geografia - Geoeconomia e Geopolítica. Doutor em Ciências. Pos-doutorando em Ciências Jurídicas. Foi bolsista em projetos da CAPES, CNPq, FAPESP, IPEA, ENAP, BOVESPA, DOD-US, FLACSO. Foi *visiting scholar* na Escola Nacional de Administração Pública, na University of Texas at Austin, na Universidad de Buenos Aires, na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, México e na National Defense University e *visiting researcher* na University of British Columbia e na University of California, Los Angeles.

COLEÇÃO

Comunicação & Políticas Públicas

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), está à frente do selo coleção “Comunicação & Políticas Públicas” e recebe propostas de livros a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período.

O texto deverá ter uma extensão de no mínimo de 40 laudas e no máximo 90 laudas configuradas obrigatoriamente em espaçamento 1,5, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas em arquivos separados, de maneira que ao longo do texto do livro sejam apenas indicados os espaços onde serão inseridas. As imagens deverão ser nomeadas e numeradas conforme os espaços indicados no texto.

A submissão do livro deverá ser realizada por meio do envio online de arquivo documento (.doc) em Word for Windows 6.0 ou versão mais recente. O autor ou autores devem encaminhar para o e-mail nupsbooks@gmail.com três arquivos: a) formulário de identificação do autor e da obra, b) livro com sumário no formato Word for Windows 6.0 ou versão mais recente, e, c) via escaneada de carta de autorização assinada pelo (s) autor (es) atestando que cede(m) seus direitos autorais da obra para a editora da Universidade Federal de Roraima.

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS)

Universidade Federal de Roraima (UFRR) - Campus Paricarana

Bloco 1. Sala 179

Av. Cap. Ene Garcez, n. 2413. Bairro Aeroporto. Boa Vista, RR.

Telefone: + 55 (95) 8116-5199 / nupsbooks@gmail.com

www.livros.ufrr.br